



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

NOTAS PARA A REFLEXÃO SOBRE AS TIC'S NO SERVIÇO SOCIAL

MAURICIO CAETANO MATIAS SOARES¹

BRUNA WEICHERT COSTA SILVA PIRES²

DÉBORA HOLANDA LEITE MENEZES³

RESUMO

A aplicação das Tecnologia da Informa e Comunicação (TIC's) no trabalho e nas políticas avançam significativamente no cenário pandemia e continuam a se desenvolver no cenário pós pandêmicos, portanto, cabe reflexões sobre como o capital utiliza das catástrofes para o seu sucesso de controle do trabalhador e do trabalho e como isso tem rebatido no cotidiano do trabalho profissional.

Palavras-chave: Capital; TIC's; Serviço Social.

RESUMEN

La aplicación de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en el trabajo y las políticas he avanzado significativamente en el escenario pandémico y continúa desarrollándose en el escenario post-pandémico, por lo que merece la pena reflexionar sobre cómo el capital utiliza de las catastrofes para su éxito en el control de los trabajadores y el trabajo y cómo esto ha repercutido en el trabajo professional.

Palabras claves: Capital; TIC. Trabajo Social.

1. Introdução

Os badalos do relógio anunciam a chegada de um novo ano e com ele um novo século. A “grande virada” acontece! O anseio das mentes e dos corações fertilizados pelas fantasias

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro

futurísticas do modo de vida e pelo terror da chegada da era apocalíptica despertam um tempo de esperança e medo, a qual é muito bem explorada pelos eixos conservadores de dominação capitalista.

O “novo” em vias de temporalidade do século XXI é marcado pelos reflexos do velho modo capitalista de ser, o qual, em seu passado recente, estabeleceu vieses de dominação e condicionou regras e normas às economias do mundo, gerando elo de dependência e forçando reverência aos interesses imperialistas, afirmando a indissociabilidade entre riqueza e exploração na fórmula de sucesso do capital.

Na sociedade capitalista, as conjunturas do passado se manifestam no presente como “espelho” do antigo com molduras de modernidade, cuja direção persiste em conservar os interesses hegemônicos, reproduzindo ao longo da história um tipo de homem que em sua “intervenção prática chega a produzir efeitos perniciosos, por falta de consciência exata da situação e dos fatores que nela operam”, manifestando de forma similar e confusa o passado e o presente, no esculpir da sociedade (Fernandes, 2008, p. 23). Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais exhibe os efeitos do passado e do presente na construção da consciência social e política no país.

Nesse sentido, podemos produzir algumas reflexões a partir de uma análise dialética e crítica da realidade brasileira para compreender o movimento em que ele se estabelece. O processo de globalização, o avanço da tecnologia, a mundialização da economia, a instituição do neoliberalismo em consonância com a reestruturação produtiva toyotista engendram ênfases na manutenção de um controle global viável da produção material e dos intercâmbios culturais da humanidade (Mészáros, 2012).

Assim, sem renunciar a sua tradição, o sistema capitalista funda nova percepção de vida, de coletividade e muda o sentido de elementos singulares, como de democracia e de liberdade; aprofunda o processo de acumulação; recrudescer as relações sociais; agudiza a desigualdade social e, conseqüentemente, atenua a questão social.

Partindo desse pressuposto, pretendemos, nas linhas a seguir, produzir uma reflexão sobre as mudanças no mundo do trabalho, suas formas de gerenciamento, organização e modalidades e os seus desdobramentos sobre a prática profissional dos/as assistentes sociais. Tais mudanças, que ganham notoriedade no período pandêmico da COVID-19, quando as necessidades de manutenção dos serviços, da linha de produção e o fortalecimento da luta pela vida, exigiram e possibilitaram a criação e adaptação de habilidades tecnológicas imediatas, que

instituíram um “novo” padrão nas relações de (re)produção social, que em verdade, pareceu, ser a pandemia o milagre que o capital precisava para consolidar as suas estratégias, em confabulação, desde a deflagração da crise do capital na década de 1970.

De certo são muitos elementos por isso dividimos esse trabalho em três notas reflexivas. A primeira apresenta o Brasil a partir do governo de Jair Bolsonaro, marco da ampliação e aprofundamento do trabalho em relação as tecnologias de informação e comunicação (TIC). A segunda alinha o cenário brasileiro as novas formas adotadas pelo mundo do trabalho em seu processo de reestruturação produtiva e, o que nos guia até a terceira nota que nos auxiliará na reflexão sobre os impactos dos cenários de mudanças e flexibilização no cotidiano do trabalho profissional.

2. **Nota 1:** reflexões sobre o Brasil da pandemia de Covid-19

A chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil, em 2019, marcou uma reação da direita conservadora aos governos petistas, desde a virada do século. As fake news e a ideologia de defesa da nação, da tortuosa herança de corrupção dos governos anteriores – que gerou o impeachment de um e a prisão de outro presidente – e a defesa de uma moral cristã apresentam um discurso de “salvação” da família, expressam ódio à diversidade humana, reproduzem misoginia, preconceitos e fragmentação do tecido social, além de ovacionarem o armamento como forma de enfrentamento da questão social.

De postura declaradamente conservadora e arbitrária, Bolsonaro em nenhum momento escondeu a sua devoção ao maior torturador da ditadura militar dos anos 1960 no Brasil; a sua defesa de fechamento do Congresso Nacional; a sua condição de homem, branco, cisgênero, patriarcalista, cristão, lgbtfóbico e racista, que levou o Brasil a um tipo de polarização econômica, social, regional, étnica e até sexual.

Com o lema ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos’, o então presidente sustenta um discurso de moralidade, que não poderia deixar de fora a falaciosa preocupação com o combate a corrupção. As suas estratégias de mídia para a expansão das chamadas fake news – base de toda a sua campanha – objetivava ganhar a devoção de muitos, em especial, àqueles ligados a determinados segmentos religiosos e conservadores, que o intitularam como o “Messias” libertador do país de práticas profanas. Isso exhibe uma disputa de poder entre determinados



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

partidos e segmentos da burguesia, cujas entrelinhas se delineiam uma ação antipetista conectada aos interesses do capital internacional.

A eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e, no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo. (BORGES; MATOS, 2020, p. 73).

Podemos considerar o ultraneoliberalismo como uma nova fase da evolução do capitalismo em níveis mais predatórios. A crise capitalista estrutural global emergente a partir de 2008, já sentida nos anos anteriores, foi impulsionada pela combinação entre processo prolongado de acumulação de capital e progressão científica e tecnológica dos meios de produção, somada à explosão da informática, da robótica e da química, excluindo o trabalho humano e impactando no processo de compra e venda de força de trabalho. Segundo Borges; Matos (2020), algumas características são peculiares a essa fase do capitalismo, as quais são aguçadas pelo deslocamento, cada vez maior, da parcela do capital acumulado para a especulação financeira proporcionando a sua conversão em capital fictício,

como o aumento do poder do capital sobre o trabalho, a reestruturação produtiva com expulsão de força de trabalho, com conseqüente aumento do desemprego e da exploração; do ponto de vista dos interesses do capital, as medidas de contenção da crise têm sido por redução e congelamento de salários, demissões, privatizações, elevação de impostos, flexibilização das regulações do mercado de trabalho, cortes de gastos sociais, aumento da idade para aposentadoria, reformas tributária, trabalhista, ou seja, tendências regressivas. (Borges; Matos, 2020, p. 74).

Para Castelo (2020, p. 96), a afinidade do governo aos ideais era visível.

Bolsonaro abandonou suas antigas crenças no maior controle estatal na economia e passou a louvar o livre mercado, com o objetivo de atrair grupos da alta burguesia para as suas bases eleitorais e sociais. O fiador do acordo bem-sucedido entre o novo convertido e as elites econômicas é Paulo Guedes, economista formatado no credo da Escola monetarista de Chicago. Fiel à cartilha neoliberal, Guedes mostra serviço desde os primeiros dias da sua nomeação com corte de gastos, anúncio de privatizações, parcerias público-privadas, ofensas ao funcionalismo público e etc. Assim, Bolsonaro e seu ministro da Economia reafirmam cotidianamente os compromissos firmados com o grande capital monopolista e recebem de volta apoios e aplausos – diga-se a verdade, cada vez mais tímidos e silenciosos, mas decisivos para a manutenção de ambos no Planalto Central.

Por outro lado, não se pode negar que o governo de Bolsonaro não poupa esforços para a continuidade e ampliação das ações destinadas à reforma da seguridade social, à flexibilização de contratos de trabalho, aos cortes orçamentários das políticas sociais e a promoção de ajuste econômico-social continuado, com regularidade e voracidade assustadoras. A pretensão do governo é a de acabar com os “privilégios” dos trabalhadores, em especial servidores públicos e a

grande massa de operários brasileiros. Todavia, nela não se arrola os políticos, os parlamentares, os militares e o grande escalão do judiciário.

Os argumentos governamentais para os referidos ajustes ganham o consentimento dos trabalhadores que, alienados, assumem o compromisso do sacrifício necessário em nome do crescimento econômico que “beneficiaria a pátria”. Mais uma vez, o “gado” é colocado na trincheira para o abate. Os trabalhadores são compilados a aumentar o seu desempenho, ou seja, aprofundar a aceitação de sua própria exploração por meio da flexibilização e polivalência da dinâmica de trabalho e da perda de direitos trabalhistas. O que resultou, ao longo de quatro anos, no nível de desemprego, a marca de 14%, com o índice de trabalho informal chegando a 13,2 milhões de pessoas, os maiores desde 2012. (Sindicato dos Metalúrgicos, 2022).

Entre os trabalhadores, a política de Bolsonaro dividia opositores e devotos. Enquanto de um lado havia um grupo de trabalhadores fiéis às práticas de “boa fé” do presidente, do outro havia grandes manifestações e mobilizações que tomaram grande folego em 2021, quando as ruas de diferentes partes do Brasil foram tomadas por trabalhadores e seus representantes, estudantes e líderes políticos, no mês de maio, pedindo o impeachment do presidente. Nesse mesmo mês, registrou-se a maior greve dos metroviários de São Paulo. Em outubro do referido ano, identifica-se a eminência de uma paralisação dos caminhoneiros, devido à alta do diesel, rechaçada fortemente pelo governo.

Contudo, o ultraneoliberalismo, uma face mais radical do neoliberalismo, ganha forças e bipolariza as relações sociais, domina determinados segmentos da sociedade e institui um neofascismo. O neofascismo, diferente do fascismo histórico, representa um profundo ataque às liberdades democráticas e às perspectivas emancipatórias.

Nota-se uma moralidade conservadora defendida e alimentada pelo governo que resulta em atos de violência civil e governamental sob diferentes segmentos sociais. Um tipo de busca voltada a “legitimar o ódio de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e etc., como formas de desvalores sustentados por representantes do executivo e de parte da sociedade civil.” (Borges; Matos, 2020, p. 72).

As pautas identitárias servem como polo de desvio da atenção populacional das atrocidades acometidas por seus ministros nas diversas áreas do aparato governamental do Brasil. Enquanto a sociedade se digladiava e vê no outro os problemas da realidade social, as raízes de base ultraneoliberal e ultraneoliberal são encobertas e disfarçadas, passando por cima dos sujeitos como trem desgovernado, de maneira a alienar a população, manter uma desarmonia

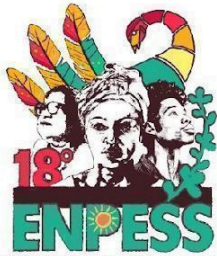
social, fortalecer a culpabilização dos indivíduos e a naturalização das mazelas sociais, as quais passam ser consideradas problemas inteiramente da sociedade e não do Estado.

Em março de 2020, a pandemia de COVID-19 é deflagrada no Brasil. Nesse momento, o país inicia o cumprimento de determinados protocolos de orientação mundial de prevenção e combate ao vírus, que já havia dizimado grupos populacionais inteiros no oriente e na Europa. Embora fosse tratada como uma “gripezinha” pelo Presidente Jair Bolsonaro, a pandemia rebateu profundamente nas estruturas sociais, políticas, econômicas, sanitárias e emocionais da população.

O medo do invisível, a aproximação com a morte, o aumento das necessidades e o confinamento, o aumento das dores e das perdas mudaram a rotina do brasileiro. As ruas vazias dos centros das grandes cidades brasileiras pareciam cenários dos ermos populacionais do velho oeste de filmes americanos. A ordem era se proteger, distanciar, evitar aglomerações, fazer o uso contínuo de máscaras, de álcool, água e sabão para higiene das mãos, do corpo, dos objetos e dos alimentos. Os coletivos presenciais deveriam ser evitados, somente os serviços essenciais deveriam funcionar. Um possível prólogo da crise que levaria o fim do capitalismo, que necessita da mão de obra do homem para a extração da mais-valia e alçar valor?

Não. O capital sabe muito bem explorar as necessidades humanas e aguçá-las. O virtual entra em cena como o mundo das novas relações comerciais, de diversão, de integração familiar, de informações. O que estava distante se tornava perto, ali, pela telinha. Os bancos produziram diferentes formas de ampliação das negociações virtuais e o dinheiro em espécie hoje é pouco circulante. As indústrias de tecnologias de informática batem o seu recorde de venda e as provedoras de internet e telefonia, bem como de serviços de entretenimento como as tv por assinaturas e as plataformas de streaming, ascendem a números quase que planetário. Crise? Temos de entender para quem ela realmente acontece.

A pandemia, apesar do horror sanitário, se tornou palco de glória para o capital. No Brasil, ela serviu como justificativa para o fechamento de pacotes e ações emergenciais que só consideram a manutenção da ordem capitalista, que por sua vez prenuncia um xeque-mate pela política ultraneoliberal de Guedes apresentando índices inferiores aos do governo interventor anterior. Contudo, a marcha do governo neofascista segue em direção à priorização do capital, de maneira que as intervenções sociais necessárias criadas pelo Estado, no período pandêmico, serviram de base para a construção de um plano voltado a captação do voto da população mais pobre do país.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Bolsonaro, em 2022, não oculta em nenhum momento a sua oposição a universalização da cidadania e defende descaradamente sua posição a favor dos interesses capitalistas. Tais especificidades, de um lado aliadas a tendências de retração da economia mundial, incidem no aprofundamento das dificuldades de recuperação da economia brasileira, aumentando as demandas por serviços sociais públicos. Esses sofrem as duras investidas do Estado sobre as políticas sociais, as estatais, os trabalhadores e os funcionários, mapeando um terreno arenoso para os direitos sociais no Brasil. Por outro lado, deixam duras marcas para a manutenção da democracia e da liberdade no país, conseqüentemente, grandes há desafios aos assistentes sociais na luta em defesa de seu projeto social de profissão

3. Nota 2: reflexões sobre o “novo” mundo do trabalho

O nosso ponto de partida é o cenário que fecunda a década de 1970, quando o padrão de acumulação “rígido” do capital, alimentado pelo “pacto de classes” fordista-keynesiano, apresenta indícios de seu esgotamento, levando os anos dourados do capital ao declínio operado por ondas longas de recessão, as quais expressavam “as contradições imanentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência a queda da taxa média de lucro pela superacumulação” (Mandel *apud* Netto, 1996, p. 90). Para a superação da crise algumas estratégias foram criadas.

No mundo da produção, a estratégia implementada se refere a passagem do processo de produção e de acumulação de sua condição rígida e centralizada para uma condição flexível descentralizada. Tal mudança foi favorecida pela denominada Terceira Revolução Industrial, que operou a substituição da eletromecânica para a eletrônica e a ampliação da informatização do processo de automação. Segundo Berhing; Boschetti (2006, p 118-119)

O período de acumulação flexível operam três condições necessárias do mundo do capital, apreendidas por Marx: o capitalismo orienta-se para o crescimento, condição para a acumulação, independente de consequências sociais, políticas, ecológicas e outras; esse crescimento em valores reais tem apoio na exploração do trabalho vivo, que tem a capacidade de criar valor, ou seja, o crescimento funda-se na relação capital/trabalho, que é uma relação de classe de controle e dominação; o capitalismo é organizacional e tecnicamente dinâmico, já que a concorrência impele para as inovações em busca de maximização dos lucros, o que repercute nas relações capital/trabalho.

Nesse sentido, a acumulação flexível adota uma “flexibilização” do trabalho por meio da racionalização da produção e da intensificação do trabalho, usando como estratégias para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

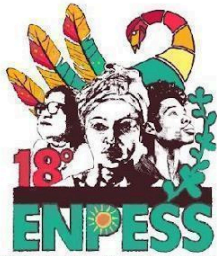
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfrentar os desafios da competitividade no mercado globalizado, o modo de produção toyotista, inspirado na empresa automobilística japonesa Toyota, cuja principal característica é a quebra da especialização extrema do trabalhador, propondo um trabalhador polifuncional ou polivalente, o que significa que cada operário da fábrica deve ser capaz de realizar – e efetivamente deve realizar – diferentes tarefas no processo de produção, da mesma forma implementa uma flexibilidade da produção, articulando produção, trabalho e lucro. Nota-se historicamente, que a implantação desse modo de produção como estratégia para a superação da crise teve seu êxito articulado a uma série de acontecimentos e processos mundiais.

A citar, a globalização, que ampliou a tecnologia da informação favorecendo a mobilidade espaço temporal e com isso o controle de uma produção segmentada, horizontalizada e descentralizada no cerne de sua desterritorialização do polo produtivo. A globalização aliada a Revolução Tecnológica também favoreceu a diminuição do emprego de trabalho vivo em detrimento da ampliação do exército de reserva e a construção de uma comunicação em massa, que implicou na ampliação da cultura de consumo. Outro atributo favorecedor da globalização é a junção dela ao processo de financeirização do capital, que agudiza os padrões de competitividade inter-monopolista e a articulação supranacional dos chamados megablocos.

Assim, o regime flexível possibilita uma reestruturação radical do mercado de trabalho, alterando a relação incluído/excluído, introduzindo novas modalidades de contratação, gerando uma estratificação do trabalho por gênero, cor, raça e etnia. Ademais favorece a coexistência de super qualificações e/ou polivalência com desqualificação do trabalho e impõe uma capacidade de decisão requerida pelas tecnologias emergentes. Todo esse conjunto de transformações formatam o processo de reestruturação produtiva, que acentua os padrões de exploração do trabalhador e a construção de uma sociedade tardo-burguesa, que mina a classe operaria “tradicional” e constitui uma oligarquia financeira global (Netto, 1996).

Deste modo, a ofensiva do capital sobre o mundo da produção reorganiza o processo e a gestão do trabalho, incidindo duramente sobre os trabalhadores, que passam a estar submetidos a um conjunto de métodos de controle de fluxos de informações produtivas e modelos participativos de organização do trabalho. (Mota; Amaral, 2000). Além da desmobilização política, a supervalorização do individualismo e a fragmentação dos trabalhadores como classe, as exigências do empregador no cumprimento de regras e submissão à padronização das atividades laborativas leva-nos a uma reflexão significativa do cenário emergente na contemporaneidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Toda essa austeridade sobre o trabalhador se recrudescer no século XXI com o advento da pandemia.

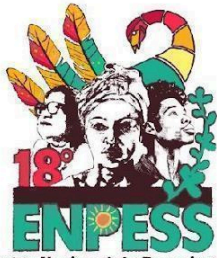
No cenário de pandemia, aos poucos, o grande fluxo de trabalhadores é assediado a retornar aos seus postos de trabalhos, seja de forma presencial ou virtual. O teletrabalho que antes era uma proposta se torna emergencialmente uma realidade. Os “benefícios” empresariais como auxílio transporte e refeição são suspensos e trocados por incentivos a metas de produção. A casa e o trabalho se fundem, o privado e o público não têm mais uma linha tênue. Para as mulheres a sobrecarga da dupla jornada de trabalho parece se tornar incontrolável. Os pais/responsáveis assumem a incumbência de equilibrar o caos sem qualquer suporte de qualidade de vida.

Isso só ratifica o pensamento de Raichelis (2022), que afirma que a pandemia da Covid-19 não foi uma nova crise do modo de produção capitalista, mas uma nova fase desse movimento cíclico no qual o capital se estrutura e que

Nesse processo, o capital incorpora as inovações e os avanços tecnológicos e científicos, especialmente as tecnologias microeletrônicas de base digital, que aceleram a produtividade do trabalho, provocam redução de trabalho vivo, ampliam a população sobrando para as necessidades médias de valorização do capital, alargando e diversificando a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Com isso, altera-se a composição orgânica do capital, por meio do aumento do capital constante e a conseqüente redução do capital variável, o que é obtido com a introdução do sistema de máquinas (na atualidade com o sistema maquínico-digital-informacional) e diminuição do número de trabalhadores. (Marx *apud* Raichelis, 2022, p.36)

A saída tecnológica pode ser considerada uma entrada permanente dos trabalhadores na era dos serviços digitais e virtual. O principal instrumento dos trabalhadores se desloca para os equipamentos tecnológicos facilitando a implantação de protocolos, a plataformização dos serviços, o maior consumo de internet, a pragmatização de práticas profissionais e, por fim, a robotização dos sujeitos, em especial, do sujeito trabalhador elemento alvo da exploração capitalista.

Embora houvesse, e ainda há, críticas ao trabalho remoto ou virtual, as plataformas de serviços e comerciais se ampliam cada dia mais no cenário *on line* e o recrutamento de profissionais em regime de home office se torna inevitável. Com isso, o fragmento da força coletiva dos trabalhadores, a perda de direitos e da identidade política, logo desmobilização das lutas. Por outro lado, os atendimentos virtuais despersonalizam os sujeitos e a relação clientela/ usuário fica ainda mais notória, assim como a realidade do teletrabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O aumento do uso das TICs justificado no período da pandemia, continua avançando. Apesar de se acreditar em um novo momento pós pandemia, os legados, em especial os ligados a tecnologia, irão ser aperfeiçoados para novas requisições e modalidades e trabalhos sejam destinadas aos trabalhadores. E como isso fica no contexto do Serviço Social?

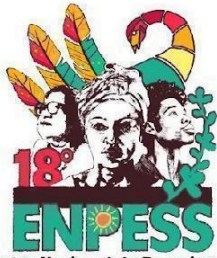
4. Nota 3: reflexões sobre as novas requisições para o trabalho profissional no pos-pandemia.

O cenário brasileiro das últimas cinco décadas apresenta uma dupla face, por vezes contraditórias, de euforia e luta por conquistas e de passividade e adaptação frente ao desmonte e perdas em todas as esferas da sociedade, resultante das transformações protagonizadas pelo desenvolvimento capitalista mundial. Há de destacar, as mudanças no mundo do trabalho e na organização e implementação das políticas sociais, fato que reflete tanto na execução como na compreensão desse “tsunami” no cerne do Serviço Social, notadamente exposto pelo período pandêmico.

As novas requisições para os/as assistentes sociais, que evidenciam no cotidiano do trabalho profissional, marcadamente desde o período da pandemia, suscita demandas que desqualificam a capacidade reflexiva da prática profissional, além de restringi-la a condições de mera reprodução de modelos e ao manuseio de plataformas de serviços. Portanto, a direção do ensino, não cabe nessas linhas o debate sobre o Ensino Superior no Brasil, que aliado aos propósitos do capital exige uma formação rápida, operacional e tecnológica embasada em aquisição de competências e habilidades, que valorizam apenas a dimensão técnica-operativa da prática profissional.

Tal centralidade obscurece da formação profissional, a direção ético-política, resultante de lutas políticas, que gerou o entendimento da realidade social a partir da Teoria Social de Marx. Isso não significa que as bases dessa teoria não combinem com a tecnologia, pelo contrário, ela aproxima-se aos pontos positivos das TIC's instruindo a maneira de operacionalizar de forma concatenada aos propósitos do projeto ético-político da profissão.

O ponto de crítica não está no uso das TIC's, mas como elas são adotadas nas relações de trabalho. Ou seja, elas se tornam novas requisições de trabalho e de demanda para o assistente social no sentido de enquadramento de padrões. Por exemplo, no processo de plataformização dos serviços ofertados pela política social não permite a reflexão humana,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conduzindo o profissional a uma prática robotizada. Portanto, somente a formação profissional de base crítica pode munir o/a assistente social da instrumentalidade necessária a intencionalidade emancipatória da profissão.

Guerra (2019) afirma a diferença entre a função do assistente social e a função da política social. A formação e a prática profissional não podem se deter nas expressões específicas da questão social, devendo sintonizar e preparar futuros assistentes sociais ao entendimento crítico e dialético das expressões emergentes no cotidiano em sua atuação profissional nos mais diferentes campos sócio-ocupacionais. Enquanto a prática não pode se restringir à reprodução pragmática de rotinas e determinações institucionais e da política social, que desviam o profissional da compreensão e da intervenção no complexo da questão social.

Isso tira do profissional a necessidade reflexiva de decidir entre limites e possibilidades, restringindo o fazer profissional a mera execução de protocolos e preenchimento de cadastros virtuais, que “pensarão”, dentro de um enquadramento de padrão de sujeito, a aprovação do benefício. Essa automação exclui a necessidade de um profissional especializado nas relações sociais e abre oportunidades para qualquer outro que saiba operar o sistema. Em outras palavras, o que antes era uma resultante de um processo reflexivo se torna algo não reflexivo, mas legitimado por um processo binário tecnológico.

A adequação das universidades a essas propostas sintoniza a formação profissional ao mercado de trabalho com discursos de evolução tecnológica e desenvolvimento moderno. Para as IES privadas, tal sintonia garante o seu espaço na disputa por alunos e, conseqüentemente, o seu lucro. Fica notório que para se adequar às necessidades exigidas pelo capital, as IES trocam o compromisso com o ensino pelo lucro. Nessa disputa, ganha o que mais rápido formar um profissional operacional para o mercado de trabalho.

O modelo por competência, por exemplo, acelera esse processo e legitima a precarização da formação. As disciplinas são trocadas por projetos que objetivam apenas enquadrar comportamentos profissionais a um tipo de conhecimento básico da sociedade, dispensando qualquer acervo crítico, pois não há tempo hábil para a discussão ou desmistificação da realidade dada. A atuação deve ser sobre o que o hoje se apresenta e não sobre a relação do hoje com o ontem e com o possível amanhã. A utilidade social da profissão se limita a submissão a proposta precarizadas e devastadoras da concepção democrática e retoma o conceito de tecnificação da ajuda se pondo em oposição à proposta de formação vinculada ao projeto ético-político da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nota-se, portanto, que a direção dada à formação por competência diverge da tão cara direção posta pelo projeto ético-político, portanto, não há formação com base crítico-dialética de base democrática e emancipatória nessa versão de formação profissional. Ademais, cabe o destaque ao intenso processo de mercantilização e crescimento exponencial de matrículas em curso de EaD. Uma modalidade de ensino que consolida um tipo de educação aligeirado, fragilizado e centrado na reprodução de práticas aplicadas à solução de problemas sem o compromisso da articulação crítica entre teoria e prática. Desta forma, o tom dado a formação universitária gera impactos que reverberam no cotidiano das práticas profissionais. No caso do Serviço Social, os primeiros cursos de graduação no EaD surgem na primeira década dos anos 2000, quando se identificam manifestações públicas contrárias por parte das entidades representantes da categoria a essa forma de ensino, “argumentando a sua radical incompatibilidade com uma formação que garanta um perfil de assistente social crítico e qualificado nas três dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.” (Pereira; Souza; Ferreira, 2014, p. 183).

No período da pandemia de COVID-19, a opção pelo uso das tecnologias na educação como estratégia de não parar o processo de formação ao passo que evidenciou as barreiras e limitações de acesso e condução da educação por meio digital, por outro lado, também apresentou as suas potencialidades, em especial, como instrumento de controle do trabalhador e do trabalho.

Se destacarmos o teletrabalho como exemplo, ele e outras formas de trabalho remoto, não se originam no período pandêmico, porém são adotados por muitas categorias profissionais, entre elas a de Serviço Social. Ora por determinações institucionais ora por alternativa profissional. Considerando o seu uso em serviços como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e em instituições do sociojurídico - Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas, Ministério Público -, contudo, há um aumento exponencial da aderência desses aparatos, uma vez que o trabalho não pode ser paralisado para não gerar consequências na reprodução do capital. Assim

Tal situação não apenas incorpora novas estratégias de organização e processamento do trabalho, orientadas por uma racionalidade gerencialista e produtivista, como (re)configura a natureza do trabalho e seus modos de ser nos diferentes espaços ocupacionais em que se inserem assistentes sociais e demais profissionais. (Raichelis, 2022, p.42).

As TICs tornam o fazer do/a assistente social seguir por uma ordem imediatista e acrítica, focado apenas na entrega de resultados e em “bater metas”, tirando o olhar do usuário e da questão social e focalizando somente nesse caráter empresarial e produtivista do capital.

A reconfiguração do trabalho se expressa em diversas maneiras, podendo se revelar nas novas formas de contratação temporária do profissional, que procuram baratear a força de trabalho como também precarizar as condições de trabalho. Modelos de contratação como pessoas jurídicas (PJ) ou microempreendedores individuais (MEI) se tornam cada vez mais comuns, assim como contratações por tarefas ou projetos, o que viola uma série de direitos adquiridos no decorrer das décadas, mas que a categoria, enquanto classe trabalhadora assalariada, se vê submetida.

Não é incomum ver profissionais dispendo de instrumentos pessoais - computadores, telefones e números de contato - para a realização do trabalho fora do espaço sócio-ocupacional. Indo além do uso material, pode-se explicitar a relatividade do próprio espaço de trabalho, que muitas vezes é transportado à residência - ou qualquer local onde o assistente social esteja disposto a trabalhar, procurando um aumento da produtividade e deixando de lado a qualidade do serviço prestado.

Essa transferência de responsabilidade ao profissional também resulta em uma transferência de custos, uma vez que, em sua grande maioria, cabe ao assistente social arcar com tudo que implica em seu trabalho, desde pacote de dados de internet, equipamentos, energia elétrica até o ambiente no qual o trabalho será realizado. Isso implica, muitas vezes, em uma sobrecarga profissional, em um futuro adoecimento, tendo em vista o aumento das jornadas de trabalho, a diluição das esferas público e privadas, e até mesmo em uma fragilização da classe trabalhadora, de forma a desmobilizar as reivindicações de direitos, o favorece à lógica do capital, de modo produzir uma diminuição do custo vindo do empregador - classe burguesa - e um acúmulo maior de capital. Antunes (2020) aponta como tais elementos são ressonâncias da extensão e do aprofundamento das medidas de flexibilidade, mudanças de vínculos trabalhistas e contrarreformas de desmonte da proteção social, mas, também, uma necessidade do processo de valorização do capital em sua crise estrutural.

Segundo Raichelis (2022), no uso das TIC's no Serviço Social dois elementos devem ser destacados o cuidado não pragmático de seu uso e o caráter não equânime de seu acesso pela população. A autora retrata uma contradição quando se coloca o uso quase exclusivo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tecnologias a partir da pandemia de Covid-19 contra o acesso a essas tecnologias pela população usuária.

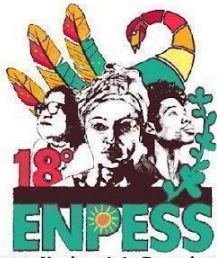
Ao mesmo tempo, é preciso considerar as condições sociais e materiais da população atendida pelas políticas públicas, que em sua maioria não dispõe de celular e/ou computador com acesso à internet, portanto como excluídos digitais acabam sendo excluídos também do acesso a programas e benefícios socioassistenciais, a exemplo do que ocorreu com o auxílio emergencial e continua acontecendo com o renomeado Auxílio Brasil. (Raichelis, 2022, p.49)

Deste modo, o uso das TIC's pelo profissional não pode ser um determinante que isole os sujeitos de sua relação com as políticas e direitos sociais, além de se atentar para o compromisso com o sigilo profissional. O CFESS (CFESS, 2020, p.6) explicita como “não há vedação normativa, a priori, ao teletrabalho, mas reflexões relacionadas às dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do nosso trabalho profissional precisam ser feitas, a todo momento.”. Logo há a necessidade de reflexão sobre os valores éticos dessa nova forma do trabalho, acelerada na pandemia e como ela reflete na relação com as demais categorias que os assistentes sociais dividem espaços de trabalho e com a população usuária, considerando a sua realidade e como a atuação restritamente apoiada nas TICs distancia esse público dos seus direitos, e do próprio projeto ético político que o Serviço Social defende.

5. A fins de considerações finais

As notas de reflexão têm como finalidade provocar pensamentos e diálogos sobre elementos invadem a prática profissional contemporânea. Portanto, preza atenção a condição a qual o capital, enquanto uma relação social, coloca a categoria, de forma a reconfigurar a atuação profissional deixando o assistente social, enquanto o sujeito oriundo da classe trabalhadora assalariada, “de mãos atadas”, ou seja, refém da incorporação dessas tecnologias em seu fazer profissional.

Contudo, necessita-se refletir como essas inovações colocam em jogo as dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Pensando em como é possível manter condições de trabalho salubres e seguras para os profissionais, considerando todas as particularidades dessa nova configuração, desde as longas jornadas de trabalho, a diluição entre a vida particular e a vida profissional - uma vez que o trabalho é feito de casa com materiais e recursos do indivíduo, usando de seu espaço privado para a realização do serviço, até como isso aparece no serviço prestado a população usuária.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Não somente, mas também é necessário pensar na segurança do usuário, se ele está submetido a uma relação sigilosa, de modo com que sua integridade e privacidade, seus dados e questões estejam somente na relação assistente social/usuário. Como é possível a garantia do sigilo profissional, defendido primordialmente pelo Código de Ética da categoria, em um ambiente fora da instituição do serviço prestado? Indo além, como assegurar que a intervenção profissional foi realizada de maneira completa e transparente, sem interferências?

A realização do teletrabalho implica em um acesso da população brasileira às TICs, sem considerar as particularidades do público atendido pelo Serviço Social, essa população usuária está alocada em diversos territórios, às vezes sem acesso a uma internet de qualidade, ou até mesmo aparelhos que permitam o acesso a rede de dados.

Não se preza pela exclusão completa de tecnologias do trabalho do assistente social, tendo em vista que essas ferramentas são essenciais para um planejamento e uma organização do fazer profissional. O que se discute aqui é o uso exclusivo das TICs para a intervenção do Serviço Social no serviço prestado, tornando o trabalho meramente operativo, sem a problematização dessas tecnologias no trabalho concreto, de modo a seguir a lógica da hegemonia do capital.

6. Referências

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo, Boitempo 2020.

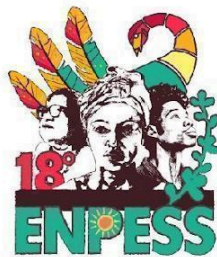
BERHING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social** fundamentos e história. Cortez, 2006.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In*: BRAVO, M. I. de S.; MATOS, M. C de. FREIRE, S. de M. (orgs). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 71 – 88 (edição eletrônica).

CASTELO, R. Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal. *In*: STAMPA, I; GOMES, R. L. R; LOLE, A. (orgs.). **Para além da quarentena**: reflexões sobre a crise e a pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 94 – 101.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Nota sobre teletrabalho e teleperícia: orientações para assistentes sociais**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>. Acesso em 18 de ago. de 2024.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Editora Global, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GERRA, Y. D. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos**. Campinas: Papel Social, 2019, p. 129 – 168

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 -44.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, ano XVII, Cortez, São Paulo, abril de 1996.

RAICHELIS, R. **Serviço social, trabalho e tecnologia: o trabalho profissional em tempos pandêmicos**. RAICHELIS, Raquel, et al, 2022.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V. de; FERREIRA, A. T dos S., Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EaD e presenciais. **Temporalis**. Ano 14, nº 27, p. 181 - 202. Brasília: ABEPSS, jan/jun, 2014.

SINDICATO DOS METALURGICOS (São José dos Campos e Região). **Castigado pelo desastroso governo Bolsonaro, Brasil vai às urnas**. Eleição de Domingo. 30/06/22. Disponível em:

<https://www.sindmetalsjc.org.br/n/6162/castigado-pelo-desastroso-governo-bolsonaro-brasil-vai-as-urnas>. Acesso março de 2023.